

Gestão do desenvolvimento econômico local no município de Campinas (SP): suas possibilidades e desafios

Claudete de Castro Silva Vitte – Departamento de Geografia, UNICAMP, Campinas (SP), Brasil. CP 6152, CEP 13087-970. E-mail: clavitte@ige.unicamp.br

Palavras-Chave: Desenvolvimento Econômico Local, Gestão, Município, Pacto Federativo.

Introdução.

A temática sobre gestão do desenvolvimento econômico local vem sendo objeto de discussão há alguns anos, inclusive no Brasil. No entanto, apesar desse tema não ser necessariamente novo, a maioria das experiências precisa ser avaliada, havendo indícios de que, de maneira geral, os resultados econômicos de tais iniciativas são bastante tímidos, ainda que possam ter havido interessantes avanços sociais.

Neste trabalho objetiva-se analisar as principais estratégias de desenvolvimento econômico local ocorridas em período recente, em especial nos últimos quatro anos, no município de Campinas (SP).

Tal escolha deve-se à importância econômica do município no contexto paulista e brasileiro. Campinas é o pólo de uma das mais dinâmicas regiões do país e vem recebendo fluxos migratórios em busca de empregos e serviços, colocando à municipalidade um desafio na questão social, no sentido de atendimento das demandas locais.

Secundariamente, como contribuição ao debate teórico, foram tecidas algumas considerações sobre a relação global-nacional-local e, de forma panorâmica, sobre metodologias de análise de estratégias de desenvolvimento local.

1. O desenvolvimento econômico local no Brasil: um experimentalismo difuso

Uma preocupação seminal é de se compreender o que ocorre no Brasil no âmbito do desenvolvimento local. Tal preocupação exige o acompanhamento de múltiplos estudos de casos, sendo que a esmagadora maioria ainda está por ser feita.

A reflexão que aqui se pretende visa também contribuir na análise dos tipos de experiências que estão em curso no Brasil, apostando-se em um *experimentalismo difuso*, provavelmente sem grandes conexões.

Um outro aspecto que se quer considerar é quem são os agentes dessas ações, ressaltando-se o papel dos agentes estatais, sendo que muitas instituições, grupos e indivíduos podem estar envolvidos como ONGs, diversos grupos da população organizada, sindicatos, cooperativas, agências de desenvolvimento, entidades empresariais, governos locais e outros.

Por fim, uma outra preocupação, talvez a mais relevante que envolve o tema, diz respeito aos resultados obtidos. Pode-se falar em avanços sociais resultantes das práticas de desenvolvimento local? E as conquistas econômicas, elas são significativas ou pífiyas? E os impactos espaciais dessas ações?¹ Estes são aspectos que precisam ser considerados.

2. O debate desenvolvimento local versus desenvolvimento nacional

A temática sobre desenvolvimento econômico, como lembra Márcio Pochmann², não é recente. Adam Smith já a discutia, como no conhecido caso da indústria de alfinetes.

No entanto, nas três últimas décadas tal discussão ganha fôlego, com o debate se organizando basicamente em torno de dois pólos antagônicos:

a-) há aqueles que defendem o desenvolvimento local, visto como “autônomo”. O argumento é que as municipalidades ou instâncias locais de poder são capazes de potencializar o desenvolvimento, desconsiderando as políticas macroeconômicas e outras condicionantes do cenário nacional e mesmo mundial. Grande parte dos autores que aqui se posicionam são simpatizantes ou defensores do ideário neoliberal. Defendem que a “vontade” e a competência dos indivíduos e instituições de dada localidade, no esforço de identificar e potencializar os elementos do desenvolvimento econômico local, são os propulsores do desenvolvimento;

¹ Aqui cabe considerar que muitas vezes as análises feitas recobrem um curto espaço de tempo, não permitindo que se faça análises de resultados, mas sim análises de processos, sendo que o período de tempo estudado não permite a observação de significativas transformações espaciais.

b-) há um outro grupo, com duas subdivisões. Na primeira, estão os partidários da visão do desenvolvimento local como uma conseqüência ou resultado de um processo de desenvolvimento mais amplo, fortemente condicionado pelas políticas de cunho nacional, sendo territorializado de maneira desigual, de forma que algumas localidades se desenvolvem mais do que outras. Assim, o desenvolvimento local é interdependente e não autônomo. Um outro subgrupo de analistas, de perfil mais radical, se coloca como críticos das abordagens de desenvolvimento local por considerarem tais medidas como uma capitulação por parte do Estado nacional de um papel ativo nas políticas públicas. Argumentam que a defesa do desenvolvimento local contribui para o enfraquecimento do Estado nacional como ator do desenvolvimento e tais iniciativas reforçam as desigualdades entre as localidades, sendo relativamente poucas aquelas localidades “capazes” de avançarem no campo do desenvolvimento, estando a maioria dos municípios a mercê da própria sorte.

Assim, um objetivo secundário deste trabalho é discutir essas interpretações. É preciso considerar que a implementação de estratégias de desenvolvimento local não é antagônica com a defesa de um papel ativo por parte do governo central ou federal. Em um país como o Brasil, com mais de 5.500 municípios, onde a esmagadora maioria não tem viabilidade econômica e apresenta carência de recursos de toda ordem, não se pode prescindir de que o governo federal assuma um papel atuante nas práticas de desenvolvimento em parceria com as outras instâncias subnacionais.

3. Algumas considerações sobre a questão metodológica

Uma importante questão no debate sobre desenvolvimento local diz respeito aos procedimentos metodológicos. A definição de uma metodologia é um dos aspectos mais complexos relativos a tal tema. Deve-se considerar que muitas experiências internacionais esbarram em peculiaridades que muitas vezes são inaplicáveis à realidade brasileira.

No entanto, grande parte das metodologias de análise considera:

² Deve-se creditar a Márcio Pochmann parte significativa da análise que se segue, segundo intervenção feita em workshop sobre desenvolvimento econômico local em regiões metropolitanas, promovido pelo Instituto Polis em São Paulo no dia 26 de maio de 2003.

- a-) o estudo da infra-estrutura essencial para o funcionamento do sistema produtivo, como as redes de transportes e comunicações, por exemplo;
- b-) a formação de mão-de-obra ou qualificação de recursos humanos;
- c-) os aspectos organizacionais, considerando a capacidade de formação e organização de redes de agentes e de instituições;
- d-) a questão do financiamento do desenvolvimento local, ou seja, o conjunto de instrumentos financeiros a serem utilizados no desenvolvimento local;
- e-) um outro aspecto, de certa maneira mais secundário mas também considerado, é afeito à questão ambiental, de forma a considerar a racionalização do uso de recursos naturais e a impactação no ambiente, enfim, a incorporação da idéia de desenvolvimento sustentável, com toda a polêmica que tal aspecto provoca³.

Tais propostas metodológicas são bastante ricas no sentido de diagnosticar as potencialidades, ainda que muitas vezes o levantamento dos dados necessários para análise não seja de fácil obtenção.

Neste trabalho pretendeu-se fazer um diagnóstico e análise dos programas municipais de desenvolvimento local de Campinas. Tal diagnóstico e análise foram feitos com base no modelo adotado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo na atual gestão que classifica seus programas da seguinte forma:

1. *programas redistributivos*, que focam o combate à pobreza e vulnerabilidade⁴;
2. *programas emancipatórios*, que envolvem capacitação ocupacional e apoio a empreendimentos e negócios que não são contemplados pelo sistema de financiamento de mercado;
3. *programas de apoio ao desenvolvimento local*, que enfatizam a dinamização econômica de atividades com potencial de expansão, envolvendo apoio ao setores dinâmicos, às cadeias produtivas locais e o uso de mão-de-obra local.

³ Cf. AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, n. 14, 1996; BARQUERO, A. *Política econômica local: la respuesta de las ciudades a los desafios del ajuste productivo*. Madrid: Ediciones Pirâmide, 1993; OTH, Valére. O desenvolvimento: Indicadores e tentativa de avaliação. *Revista Geografia*. São Paulo: UNESP, n. 14, 1997; SILVA, Claudete de Castro. *Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil: Análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa*. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH da Universidade de São Paulo, 1998.

⁴ Deve ser ressaltado que neste trabalho esses programas apenas serão levantados, já que suas análises fogem do âmbito da proposta.

4. Campinas: Algumas considerações sobre aspectos da economia e desenvolvimento local⁵

Campinas, com quase 1 milhão de habitantes (Censo 2000), é um município altamente urbanizado. Tem seu passado vinculado à atividade agrícola (cana e café) e atualmente é conhecido por pertencer a uma região de economia diversificada e dinâmica.

A pujança econômica da região não se deve apenas à agricultura dinâmica, mas devido à sua excepcional infra-estrutura de transportes e notável rede urbana.

O município e a região muito se beneficiaram do processo de interiorização do desenvolvimento ocorrido no país e no estado de São Paulo a partir da década de 1960, com grande crescimento industrial, de forma que Campinas e região constituem-se em um dos principais centros manufatureiros do país, principalmente de ramos mais dinâmicos e de maior complexidade tecnológica⁶.

4.1. A Infra-Estrutura:

A infra-estrutura de Campinas é considerada de excelente qualidade e sua localização é considerada estratégica, estando há cerca de 100 quilômetros da capital e 166 quilômetros do porto de Santos. Possui um bom sistema viário e sua acessibilidade com relação a outras importantes regiões do país é viabilizada⁷.

Um diferencial na infra-estrutura é o aeroporto internacional de Viracopos, projetado para ser o maior aeroporto de cargas da América Latina. Este aeroporto vem passando por ampliação e modernização com ressonância sobre a vida local, pois esta ampliação necessita de desapropriação que envolve dezessete bairros, bem como necessitou de alteração na lei de zoneamento, fato que provocou

⁵ Esta parte do trabalho está baseada em CANO, W. & BRANDÃO, C. A. *A Região Metropolitana de Campinas: Urbanização, economia finanças e meio ambiente*. Campinas: UNICAMP, 2002.

⁶ Veja também: EMPLASA. *Por dentro da região metropolitana de Campinas*. CD-Rom. São Paulo: EMPLASA, 2001; VERDI, Adriana. *Metropolização de Campinas: possibilidades no entorno da Grande São Paulo*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana). FFLCH da Universidade de São Paulo.

⁷ Seu sistema viário é composto pelas rodovias Anhangüera e Bandeirantes, Washington Luís, Santos Dumont e Dom Pedro I. Tais rodovias, que cortam o município, permitem outras interligações com outras rodovias. No geral tais vias são consideradas modernas, ainda que muitas delas sejam concessões a empresas privadas com sistemas de pedágios com custos altos para os usuários.

pressões de grupos ambientalistas, já que os arredores do aeroporto eram considerados áreas rurais.

Anexo ao aeroporto, e também reforçando a necessidade de desapropriação para ampliação, está em projeto a implantação de um Distrito Industrial Aduaneiro em uma área de 670 mil metros quadrados no Jardim Fortunato, projeto já aprovado na Câmara Municipal e com lei complementar que viabiliza a implantação do Distrito. Nele, que é um condomínio, serão instaladas empresas que atuam na área de comércio exterior⁸. O custo previsto da obra é elevado: cerca de R\$ 620 milhões, com duração prevista até 2015, sendo esperado que tal empreendimento impulse a atração de empresas e o surgimento de uma rede de comércio e serviços⁹.

A execução do projeto de um Trem de Alta Velocidade (TAV) também é visto pela SMDET como uma obra que deverá aprofundar o processo de modernização da infra-estrutura do município e região, sendo que hoje Campinas apresenta leitos ferroviários subutilizados.

Quanto à infra-estrutura socioeconômica e os equipamentos urbanos, a rede de abastecimento de água cobre quase toda a área urbana e Campinas é um dos municípios de maior cobertura da Região Metropolitana (RMC). Segundo o Censo de 2000, 96% dos domicílios estavam ligados à rede de água e 85% estavam ligados à rede geral de coleta de esgotos sanitários¹⁰.

4.2. A situação do emprego e da força-de-trabalho:

Segundo CANO e BRANDÃO, o município teve entre 1988 e 1998 uma expansão de emprego formal, reforçando a polaridade do município na região e compondo um importante atrativo demográfico. Assim, Campinas é um município de economia dinâmica, mas muitas vezes é “vítima de seu próprio sucesso”, já que atrai

⁸ Cf. Correio Popular. Campinas: RAC, 04/09/03.

⁹ Cf. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de Campinas. In: www.campinas.gov.br, 2003.

¹⁰ Cf. CANO & Brandão. Op. cit, p. 133. No Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil lançado pelo PNUD em outubro de 2003, embora Campinas se mantenha entre as 18 cidades brasileiras de até um milhão de habitantes, com melhor IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), Campinas perdeu 15 posições, saltando do 11º. lugar para o 26º. posição no país. No estado de São Paulo caiu da 6ª. colocação para a 8ª. A análise do índice mostra que a cidade ficou mais pobre e com a renda mais concentrada. Em reportagem no jornal Folha de S. Paulo, caderno Campinas, é assinalado que a redução de postos de trabalho na indústria teve a contrapartida da abertura de vagas no comércio e serviços, mas com menor remuneração, refletindo em um crescimento pífio da renda per capita, item considerado na composição do IDH-M, juntamente com o índice de

significativos contingentes migratórios, pressionando a demanda local por serviços públicos de toda ordem.

Márcio Pochmann faz uma análise mais aprofundada do emprego e da força-de-trabalho, ainda que no âmbito metropolitano. É possível inferir, pela sua análise, que Campinas apresenta um razoável nível de desemprego¹¹.

Quando avalia o perfil da ocupação, Pochmann aponta que nas últimas décadas tem havido uma transição da dominância industrial para o comércio e serviços, mas ainda com predomínio das atividades industriais. Outra transformação assinalada é a maior presença feminina no mercado de trabalho e a diminuição do número de jovens no total da ocupação.

Segundo Márcio Pochmann,

“a região metropolitana de Campinas terminou sendo relativamente a mais beneficiada pelos investimentos realizados no estado de São Paulo nos últimos anos. O conjunto dos 19 municípios que conformam a RMC recebeu 21,3% do total dos investimentos realizados no estado de São Paulo entre 1997 e 2001, embora somente quatro cidades (Americana, Campinas, Paulínia e Sumaré) tenham absorvido 77% do volume total investido na região”¹².

Um tópico bastante importante de tal problemática e de enorme interesse na análise do desenvolvimento local diz respeito às políticas públicas de enfrentamento do desemprego e da pobreza. Para tal discussão Márcio Pochmann também é referência. Refletindo sobre o conjunto da RMC, este autor afirma que as políticas adotadas para a complementação de renda das famílias pobres e ao estímulo ao emprego são, em sua maioria, derivadas do programa Bolsa Escola do Governo Federal e da Renda Cidadã do governo estadual¹³.

escolaridade, que cresceu, e da longevidade que também melhorou. (cf. Folha de São Paulo, caderno Campinas, 03 de outubro de 2003).

¹¹ POCHMANN, Márcio. Emprego, renda e pobreza. In: FONSECA, R.B.; DAVANZO, A. & NEGREIROS R. (orgs.). *Livro Verde: Desafios para a gestão da região metropolitana de Campinas*. Campinas: UNICAMP/NESUR/IE, 2002.

¹² POCHMANN, M. op.cit, p. 142.

¹³ Segundo Pochmann, o Bolsa Escola garante a cada criança de 6 a 15 anos de idade pertencente à família com renda familiar per capita inferior a R\$ 90,00 a importância mensal de R\$ 15,00, perfazendo no máximo R\$ 45,00 para famílias com três crianças. A Renda Cidadã garante mensalmente a quantia de R\$ 60,00 mensais às famílias de baixa renda, associada a atividades socioeconômicas (cf. M. Pochmann, 2002:146).

Nas políticas voltadas ao mercado de trabalho ressaltam-se as de ações de qualificação profissional, de auto-emprego, de intermediação de mão-de-obra e financiamento de microcrédito. Pochmann diz:

“apesar dos esforços dos poderes públicos na implementação de políticas de atenção à pobreza e ao desemprego, constata-se – sem muito esforço – suas limitações e impacto residual em face dos problemas socioeconômicos da Região Metropolitana de Campinas. Para além do esforço municipal, deve convergir uma estratégia de ação metropolitana, integradora das políticas estaduais e federais de complementação de renda e de atuação no mercado de trabalho.

A proliferação de múltiplas e setorializadas ações em cada município pode representar menor efetividade em âmbito metropolitano, considerando-se a integração do espaço territorial e a mobilidade de capital e trabalho”¹⁴.

O autor, então, aponta que o incremento das ocupações deu-se em ritmo inferior ao crescimento da força-de-trabalho. Houve investimentos no setor produtivo, mas insuficientes para solucionar os sérios problemas do mercado de trabalho. Quanto à elevação de escolaridade e de qualificação profissional os esforços também têm se mostrados insuficientes no contexto do grave quadro social do país, e Campinas e região não fogem à regra¹⁵.

Conclui-se que Campinas sofre a pressão de um desemprego crescente. Mas, mesmo sem políticas claras de desenvolvimento local, o município tem atraído investimentos, só que insuficientes para gerar o número de empregos e renda necessários.

Devido aos elementos do desenvolvimento econômico local acima apresentados, ainda que de forma sintética, pode-se afirmar que Campinas é um município privilegiado na atração de investimentos, conforme o apontado em uma pesquisa¹⁶,

¹⁴ POCHMANN, M. op. cit, p. 148.

¹⁵ Cf. POCHMANN, M. op. cit, p. 149.

¹⁶ Pesquisa coordenada por R.Garcia e M.C. Souza: “O arranjo produtivo de indústrias de alta tecnologia da região de Campinas – Estado de São Paulo – Brasil”. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. *Apud* CANO, W. & BRANDÃO, C. *A região metropolitana de Campinas*. Campinas: UNICAMP, v. 01, 2002. Segundo esta pesquisa, a principal motivação locacional para empresas de alta tecnologia é a excelência da infra-estrutura e de

principalmente de atividades vinculadas à tecnologia, o que de fato ocorreu ao longo da década de 1990.

Segundo o jornal Correio Popular, Campinas é um dos 50 principais centros de C&T do planeta, sendo que essa pujança se deve ao trabalho de cada instituição que compõe o FFC (que será explicado abaixo). Campinas se insere na chamada “Novíssima Economia”, que congrega inovações no ramo de informática e tecnologia na qual ressalta-se a biotecnologia¹⁷.

Ressalte-se também que as empresas do pólo tecnológico de Campinas e região respondem por 40% do PIB regional, bem como o fato de 15% das intenções de investimento no estado de São Paulo até 2005 ter o pólo campineiro como alvo (o equivalente a cerca de US\$ 8 bilhões).

Um outro aspecto que atrai investimentos é o tamanho do mercado consumidor da região como um todo, pois Campinas polariza 90 municípios, com um total de aproximadamente 5 milhões de habitantes.

Outra característica das atividades econômicas é o destaque do município na oferta de serviços especializados e atividades comerciais. Conforme é explicado em CANO e BRANDÃO,

*“Campinas assegurou escala para atividades como grande rede de serviços bancários, hospitais regionais e serviços médicos especializados, comércio de grande porte e comércio especializado, shopping centers, serviços pessoais diferenciados etc. Importante também é a existência de grandes universidades e centros nacionais e estaduais de pesquisa e desenvolvimento, com capacidade para desenvolver produtos, processos de trabalho e serviços tecnológicos de apoio à atividade industrial e à pesquisa”*¹⁸.

O município, segundo o *Guia de Investimento e Emprego* da Fundação SEADE¹⁹, tem recebido importantes investimentos, com crescente participação no total do estado de São Paulo para atividades industriais e de serviços.

logística, sendo a qualidade da mão-de-obra disponível e a infra-estrutura de pesquisa científica fatores secundários.

¹⁷ Cf. Correio Popular, 21/09/03, Campinas.

¹⁸ CANO & BRANDÃO, op. cit, p. 113.

¹⁹ Cf. www.seade.gov.br.

4.3. As instituições de fomento ao desenvolvimento local:

Quanto aos aspectos organizacionais do desenvolvimento local em Campinas, ressaltando-se as instituições vinculadas ao desenvolvimento local, pode-se assinalar o papel da Fundação Fórum Campinas (FFC), uma entidade que tem, entre seus objetivos, dar visibilidade à produção tecnológica da região. São 11 instituições afiliadas: a UNICAMP, PUCCAMP, Instituto Biológico, Instituto de Zootecnia, Itai, Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, Embrapa, Centro de Pesquisa Renato Ascher, IAC, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

A FFC pretende facilitar a troca de experiências entre as instituições de pesquisa da região, fomentar a integração dessas entidades e tornar melhor sua atuação conjunta. Com a promoção de projetos multi-institucionais o FFC pretende incentivar a pesquisa e a transferência de tecnologia, a organização dos empreendimentos, atrair novos investimentos para a região e criar oportunidades para os municípios²⁰.

Dentre as instituições estatais que atuam na coordenação das atividades econômicas e de fomento da economia local e de certa forma regional ressaltam-se:

a-) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET). Criada pela Lei n. 11.270 de 10/06/02, a SMDET tem como atribuições:

- I. Integrar as ações de planejamento do desenvolvimento econômico da cidade;
- II. Implementar o programa de geração de emprego e renda e programas de cooperativas;
- III. Coordenar a integração com programas sociais desenvolvidos por outros órgãos da administração direta e indireta, relacionados à geração de emprego e renda;
- IV. Executar o levantamento de informações necessárias ao desenvolvimento de projetos e programas que visem o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda;
- V. Buscar novos canais institucionais que contemplem a participação da sociedade civil para o desenvolvimento de ações conjuntas no enfrentamento dos problemas na área de geração de emprego e renda e desenvolvimento econômico;

²⁰ Cf. Correio Popular, 21/09/03, Campinas.

VI. Desenvolver parcerias entre o Poder Público Municipal e as entidades da sociedade civil, tendo em vista ações comuns de valorização da região e a busca de melhorias do quadro econômico e social do município²¹.

Esta Secretaria foi criada na segunda parte da gestão de 2001-2004, de Izalene Tiene (PT) que assumiu a prefeitura em setembro de 2001, após o assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos. Quando Antonio da Costa Santos era prefeito não havia uma secretaria para tratar do desenvolvimento local. Diversas secretarias se envolviam (e ainda se envolvem) com assuntos referentes ao desenvolvimento econômico local, como a Secretaria Municipal de Assistência Social (que nessa segunda parte da gestão continua tendo um importante papel), a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e a Secretaria de Cooperação Internacional.

Foi nesta segunda fase da gestão que a SMDET foi concebida para se responsabilizar pela promoção do desenvolvimento socioeconômico, urbano e social, com uma gestão integrada de políticas públicas, considerando estratégias de crescimento econômico articuladas com diversos programas sociais.

b-) Secretaria de Cooperação Internacional: é a responsável pela elaboração de políticas de atração de empresas e de investimentos para o município, bem como de convênios com cidades-irmãs.

c-) CIATEC (Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas): Subordinada à Secretaria de Cooperação Internacional. É uma empresa municipal de economia mista, na qual a prefeitura detém 99% das ações. Tem como principais atribuições o planejamento e a execução da política de ciência e tecnologia, de P&D no Pólo de Alta Tecnologia. No seio da CIATEC há o NADE (Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento de Empresas), uma incubadora de empreendimentos de base tecnológica para microempresas e empresas que desenvolvam novos produtos e serviços²².

4.4. Os programas municipais de desenvolvimento econômico local de Campinas:

²¹ Cf. Lei n. 11.270, de 10 de junho de 2002, publicada no DOM de Campinas em 11/06/2002.

²² Cf. Correio Popular, 29/09/03, Campinas.

Os principais programas de desenvolvimento local no município de Campinas são:

a-) Balcão de Empregos: programa em parceria com o SINE/MTE e Governo Estadual. Faz o encaminhamento para as vagas disponíveis, procurando dar também apoio psicológico aos desempregados.

b-) Passe Desemprego: disponibilização de créditos para uso nos transportes coletivos pelos trabalhadores desempregados.

c-) Cooperativas: estímulo à formação de cooperativas e incentivo ao empreendedorismo de atividades que gerem renda.

d-) Banco do Povo: concessão de microcrédito para pessoas físicas e agenciamento de crédito para pessoas jurídicas com juros baixos.

e-) Renda Mínima: programa federal para a complementação de renda das famílias.

f-) Bolsa-Escola: programa de transferência de renda para famílias, que objetiva assegurar a permanência das crianças em idade adequada na escola.

g-) Pró-Renda: Programa de incentivo ao aumento de renda das famílias pobres, visa fomentar as organizações empreendedoras locais.

h-) CEPROCAMP (Centro de Educação Profissional de Campinas): objetiva oferecer cursos básicos e técnicos de educação profissional para adolescentes e adultos, visando a melhoria de qualificação profissional e melhores possibilidades de inserção no mundo do trabalho.

i-) GDR (Grupo de Desenvolvimento Rural e Sustentável e Segurança Alimentar): A partir do mote do programa federal “Fome Zero”, Campinas tenta incluir o incentivo ao produtor rural em seu planejamento da cidade, entendendo que uma zona rural produtiva contribui para a geração de emprego e renda. A prefeitura tenta efetivar projetos que potencializem a produção local e integrem o rural na vida da cidade. Envolve múltiplos aspectos. Para fins deste trabalho, ressalte-se o objetivo de planejar a política de desenvolvimento rural sustentável, gerando emprego e renda, viabilizando programas de apoio à agropecuária local, promovendo o conhecimento, a informação atualizada e as tecnologias de ponta para o setor²³.

²³ Cf. PMC. In: www.campinas.gov.br, 2003.

Ressaltem-se ainda os programas apontados no PPA (Plano Plurianual de 2001): Primeiro Emprego (para gerar emprego e trabalho para as pessoas mais jovens); Campinas Futuro (para definir a vocação do município com os setores produtivos, visando gerar riquezas compatíveis com o território e referenciá-la às necessidades sociais da população de Campinas) e Zona de Processamento de Exportação – ZPE (para incrementar a exportação, a atração, a captação e expansão de empresas, visando geração de empregos e investimentos)²⁴.

Tomando a classificação de programas feita pela Prefeitura de São Paulo, explicitada acima, pode-se observar que o município de Campinas apresenta diversos programas nas três modalidades: redistributivos, emancipatórios e de apoio ao desenvolvimento local, podendo-se observar que a modalidade de programas redistributivos predomina, seguidos dos programas emancipatórios. Falta uma análise mais acurada do volume de investimentos alocados para cada uma dessas modalidades e os impactos sociais de tais programas, tarefa que fica para uma outra oportunidade.

4.5. As finanças públicas municipais:

Um outro importante aspecto tratado no trabalho organizado por CANO e BRANDÃO é sobre as finanças públicas. O que, por ora, interessa resgatar é que, a despeito da descentralização de recursos públicos que ocorreu no país após a Constituição Federal de 1988, houve um aumento de encargos por parte das municipalidades e altas taxas de juros têm incidindo sobre as dívidas dos municípios, o que é fato para Campinas. Assim, o município apresenta um quadro de baixo dinamismo da arrecadação nos últimos anos e um aumento das despesas da administração direta e da dívida pública e seus encargos, resultando em evidentes sinais de perda de capacidade de investimentos, com possíveis efeitos sobre o financiamento do desenvolvimento local²⁵.

Considerações finais:

²⁴ Não foi possível, até a conclusão deste trabalho, obter maiores informações sobre a implementação de tais programas.

²⁵ Cf. CANO & BRANDÃO, Op. cit, p. 99-121.

Acima foram tecidas algumas considerações sucintas que se colocam como importantes referências no diagnóstico do desenvolvimento econômico local.

Cabe ressaltar que a atual gestão municipal de Campinas feita pelo Partido dos Trabalhadores apresenta algumas marcas do chamado modo petista de governar. A inversão de prioridades, a tentativa de democratização e o aprofundamento dos canais de participação da sociedade civil no Estado são representativos desta marca.

No que se refere ao desenvolvimento econômico local, nota-se nesta gestão a promoção de diversos programas que também podem ser considerados como *marcas registradas* de administrações petistas, ainda que muitas delas também sejam praticadas por partidos de tendências diferentes, como o Programa Renda Mínima e o Programa Bolsa Escola.

Um aspecto que salta aos olhos é como a gestão identifica estratégias de desenvolvimento econômico local com geração de emprego e renda. Ainda que tal aspecto ocupe uma importância singular em qualquer agenda pública, dada à dimensão e gravidade do desemprego no país, não deixa de ser um reducionismo identificar o desenvolvimento local com geração de emprego e renda.

Um outro aspecto que precisa de melhor investigação, e que não foi possível para este trabalho, é uma avaliação profunda se a forma de gestão do desenvolvimento local assumida em Campinas, na qual os projetos e programas se pulverizam por diversas secretarias e instituições, é eficiente. Ainda que a SMDet tenha sido criada no meio da atual gestão, há programas vinculados a diversas secretarias, o que pressupõe uma intersetorialidade que precisa ser investigada quanto a sua eficácia. Se, por um lado, torna-se interessante que várias demandas e ações sejam contempladas por diferentes atores em suas interações com a sociedade civil; no entanto, algo chama a atenção pela sua ausência: a falta de uma definição mais precisa do que esta gestão entende por desenvolvimento econômico local. A tomar pelas atribuições da SMDet pode-se afirmar que é realmente a geração de emprego e renda²⁶.

Com relação aos programas de apoio ao desenvolvimento local compreendidos como aqueles que buscam dinamizar a economia local com atividades com potencial

²⁶ Tentamos, na ocasião do preparo deste trabalho, entrar em contato com um representante da SMDet para maiores esclarecimentos, mas não foi possível um agendamento. Pouco tempo depois, houve uma crise no governo municipal e vários secretários foram trocados, inclusive o da SMDet.

de expansão, deve-se notar como a “vocação” tecnológica de Campinas é sempre citada. Basta uma rápida olhada no *site* da Prefeitura, em diversas reportagens jornalísticas para observar como esta imagem tem força. Mas é preciso discutir a idéia de “vocação econômica”. A idéia de vocação econômica de um lugar pressupõe um caráter natural, nato, e, sendo algo natural, não   passível de discussão. Mas uma “vocação” pode ser algo construído. O problema de se tomar uma “dada vocação” é que muitas vezes esta atividade torna-se hegem nica ao menos quanto aos investimentos e esforços envidados e, muitas vezes, não se consideram outras alternativas que poderiam ser socialmente mais justas.

De qualquer forma são notáveis os investimentos que cidade e região recebe de empresas de base tecnológica e também tem havido crescentes estudos que apontam atividades turísticas como um setor potencialmente a ser estimulado²⁷.

Por fim, um último aspecto que se almejava considerar neste trabalho diz respeito aos impactos espaciais das a oes de desenvolvimento local. Seria possível espacializar as áreas do município que mais têm se beneficiado desses programas? Tem havido transforma es evidentes no espaço urbano, fruto de interven es na infra-estrutura, políticas de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento local e instala o de equipamentos? Infelizmente não houve tempo para aprofundar essas an lises²⁸.

Foi feita uma rápida análise sobre as finanças municipais, questionando se tem havido maior investimento social *per capita* e em equipamentos urbanos por parte da municipalidade, como resultado de melhoria nas finanças municipais e do incremento nas atividades econ micas. As informa es trazidas à luz são esparsas, mas   possível inferir que Campinas apresenta problemas de falta de recursos para investir na área social.

Como reflexão final, Francisco de Oliveira em diversas ocasiões vem defendendo que desvendar o que é o urbano no Brasil de hoje resulta em um quadro

²⁷ No caso do turismo são sempre ressaltadas as potencialidades das modalidades de turismo de negócios e acad mico (por causa da UNICAMP e PUCCMP), do turismo rural nas antigas fazendas de café, por exemplo, e o agroturismo, modalidade que Campinas acabou marginalizada no contexto da região, pois recentemente foi instituído o Circuito das Frutas pelo governo estadual (um dos dez núcleos de regionaliza o do turismo no estado de São Paulo), integrados por oito municípios da região, e Campinas, o quarto maior produtor de frutas do estado, ficou excluído por questões políticas (cf. Folha de S. Paulo, 1 . de junho de 2003 e Correio Popular, 26 de agosto de 2003).

²⁸ Cabe assinalar que a chamada “vocação tecnológica” tem provocado uma certa especula o imobiliária e estrangulamento na estrutura viária nos arredores da UNICAMP e PUCCAMP, que já tem várias empresas

pessimista²⁹. Este autor tem se esforçado para chamar a atenção para, segundo suas palavras, “o buraco negro que estamos sendo atraídos”, neste momento da acumulação capitalista, por sermos um país da periferia do capitalismo e vivenciarmos uma situação de exceção, que resulta, segundo sua interpretação, na ausência de horizonte de superação da crise. Para ele não se trata de normatizar as desigualdades, mas de como superá-las.

Analisando o caso brasileiro, F. Oliveira fala que aqui há uma sociedade moldada em quadro de mais-valia extraída de forma violenta e de alta concentração de renda. No mundo do trabalho o que se chamava de informalidade virou regra e o emprego estável virou “privilegio”, como bem atesta a discussão sobre a reforma da Previdência. Enfim, cada vez mais vivenciamos um capitalismo que prescinde de trabalhadores.

Neste contexto, as políticas de emprego e renda acabam por aprofundar o desemprego ou a precarização do trabalho, já que “qualificar” certos trabalhadores é *qualificá-los para a obsolescência*, pois muitas dessas “novas qualificações” irão se tornar inúteis ou desqualificadas rapidamente.

O mesmo cunho interpretativo Francisco de Oliveira dá para as políticas de combate à pobreza. Segundo ele, tais políticas acabam, na verdade, por mantê-la. Dentre as razões: muitas das políticas de geração de emprego, de qualificação profissional preparam trabalhadores tendo a Segunda Revolução Industrial como horizonte, quando a Revolução Tecnológica está “lá na frente”. Muitas dessas políticas no espaço urbano apelam para a prática de mutirões, que também é uma política de exceção, já que no mutirão desaparece o trabalho.

Assim, conclui Francisco de Oliveira, se a pobreza era desafio para o socialismo, hoje é busca de consolo para sua não resolução, como se fosse algo insolúvel e, se se admite ser insolúvel, acaba por se transformar em argumento para sacrificar as políticas públicas.

Francisco de Oliveira exerce bem seu papel de intelectual, que é de provocar desconforto, quando em crítica contundente aponta para um horizonte de falta de alternativas. Mas, talvez caiba aceitar o esforço de tentar olhar o momento atual pela ótica do gestor local, pensando-se em um gestor comprometido com a justiça social,

instaladas, reforçada pela instalação de um dos maiores shoppings centers da América Latina, o Shopping D. Pedro.

com a atenuação das mazelas sociais, com a ampliação da democracia. Este gestor eleito deve buscar dar alguma resposta para aquela sociedade que o elegeu, esperando medidas que resultem em avanço social. Sob esta perspectiva, políticas de geração de emprego e renda são um paliativo, mas que constituem um esforço no âmbito das possibilidades para atenuação da vulnerabilidade e fragilização social tão crescentes.

Mas, a crítica de Francisco de Oliveira não quer calar e defender que as gestões locais tenham um pouco mais de ousadia no trato da temática do desenvolvimento local pode ser um gesto pequeno, mas poderoso no sentido de romper com esta lógica perversa que cada vez mais marca o atual estágio do capitalismo. Efetivamente, medidas paliativas de combate à pobreza extrema e vulnerabilidade social não avançam no sentido de tornar uma economia local realmente próspera, que gere frutos que possam ser distribuídos junto à maioria.

Para concluir, resgatamos em Eric Hobsbawn uma idéia de Max Weber que pode ser útil na reflexão também sobre o desenvolvimento:

“as mudanças concretas não aconteceriam nunca sem os grandes sonhos revolucionários. Para conseguir as mudanças mais modestas, mas reais, possíveis, é preciso querer tudo”.

²⁹ O teor da análise aqui exposta baseou-se na conferência de abertura proferida por Francisco de Oliveira no X Encontro Nacional da ANPUR, ocorrida em maio de 2003 em Belo Horizonte (MG).